

# A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA SEGUNDO AS MATRIZES EPISTEMOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO

*THE EDUCATION IN THE EARLY CHILDHOOD ACCORDING TO THE EPISTEMOLOGICAL  
MATRICES OF EDUCATION*

Letícia Sepulveda Teixeira LEITE<sup>1</sup>; Júlia Eugênia GONÇALVES<sup>2</sup> Patrícia Kelly MERCADANTE<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* Rio Claro. Especialista em Educação Infantil pela FHO – Uniararas.

<sup>2</sup>Mestra em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>3</sup>Especialista em Psicopedagogia e Pedagoga pela FHO – Uniararas. Licenciada em Letras pelo Centro Universitário “Dr. Edmundo Ulson” – UNAR – Araras.

Autor responsável: Letícia Sepulveda Teixeira Leite. Endereço: Av. 1, n. 1099. Rio Claro – SP. CEP. 13.500-402. E-mail: [le\\_sepulveda@hotmail.com](mailto:le_sepulveda@hotmail.com)

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma abordagem histórica acerca de algumas das principais correntes filosóficas da Educação, tendo como ponto de partida as perspectivas pedagógicas advindas do Positivismo e do Funcionalismo, seguindo-se pela investigação das Teorias Marxistas, das influências do Liberalismo e do Neoliberalismo e, finalmente, das concepções Pós-estruturalistas. A partir deste estudo, surgem os questionamentos: O que se propõe à Educação Infantil nas matrizes epistemológicas da Educação, segundo seus criadores? Qual o conceito de infância contido nestas matrizes? O objetivo desta pesquisa é, portanto, investigar como a Educação Infantil é concebida pelos principais criadores das correntes filosóficas já mencionadas, ressaltando-se as concepções de infância que alimentam cada matriz epistemológica analisada. Observa-se que, embora haja preocupação com a Educação Infantil em todas as vertentes filosóficas estudadas, as concepções distinguem-se enfaticamente. Este estudo mostra-se relevante para as pesquisas na área da Educação, especialmente para as investigações acerca dos fundamentos da Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Fundamentos da Educação; Perspectivas Pedagógicas; Educação Infantil.

## ABSTRACT

This research presents a historical approach to some of the main philosophical currents of Education, starting with the pedagogical perspectives of Positivism and Functionalism, followed by the investigation of Marxist Theories, the influences of Liberalism and Neoliberalism, and finally, of Post-structuralist conceptions. From this study, the following questions arise: What is proposed to Early Childhood Education in the epistemological matrices of Education, according to its creators? What is the concept of childhood contained in these matrices? The objective of this research is, therefore, to investigate how the Early Childhood Education is conceived by the main creators of the philosophical currents already mentioned, emphasizing the conceptions of childhood that feed each analyzed epistemological matrix. It is observed that, although there is the concern with Early Childhood Education in all the philosophical aspects studied, the conceptions are distinguished emphatically. This study is relevant for research in the area of Education, especially for investigations about the Foundations of Early Childhood Education.

**Keywords:** Foundations of Education; Pedagogical Perspectives; Early Childhood Education.

## INTRODUÇÃO

Tanto o conceito de infância quanto a preocupação com a criança são historicamente recentes. Segundo Ariès (2006), até o século XII não havia lugar para a noção de infância no mundo. As crianças eram, então, consideradas miniaturas dos adultos.

Desta forma, a concepção de Educação Infantil, engendrada pelos filósofos e pensadores de cada uma das matrizes epistemológicas da Educação, auxiliou na construção histórica da noção de infância que se pode observar hoje.

Considera-se matriz epistemológica a mentalidade decorrente do aporte de novas teorias que passam a constituir a visão de mundo em determinado período histórico. É válido ressaltar que a análise de cada matriz deve ser feita de forma ampla e aprofundada, o que requer estudos mais detalhados.

A análise das matrizes epistemológicas da Educação tem como ponto de partida as perspectivas pedagógicas advindas do Positivismo e do Funcionalismo, seguindo-se pela investigação das Teorias Marxistas, das influências do Liberalismo e do Neoliberalismo e, finalmente, das concepções Pós-estruturalistas. Tal estudo deu origem à problemática: O que se propõe à Educação Infantil nas matrizes epistemológicas da Educação, segundo seus criadores? Qual o conceito de infância contido nestas matrizes?

A primeira matriz epistemológica tratada neste estudo é o Positivismo, cuja principal influência é a obra “O curso de filosofia Positiva”, do filósofo Auguste Comte. Em seguida, analisou-se o Funcionalismo à luz das obras de Émile Durkheim.

A pesquisa também abordou a perspectiva Marxista, fundamentando-se, inicialmente, nas propostas do teórico Karl Marx e de seu companheiro Friedrich Engels e, posteriormente, nas ideias de seus sucessores Antônio Gramsci e Escola de Frankfurt, contexto no qual foi desenvolvida a Teoria Crítica. Para a análise proposta, foram utilizadas principalmente as concepções de Theodor Adorno.

Foram analisados, ainda, os fundamentos do Liberalismo e do Neoliberalismo, a partir das teorias do economista Milton Friedman, defensor do Liberalismo econômico e idealizador do Neoliberalismo. Por fim, abordou-se a concepção

Pós-estruturalista, trazendo-se à discussão pesquisadores contemporâneos e a legislação brasileira que ampara os direitos da criança.

Este estudo merece destaque uma vez que realiza uma abordagem histórica acerca da preocupação com a Educação na primeira infância, por meio de suas diferentes matrizes epistemológicas, o que auxilia na compreensão do conceito de infância que compõe tanto a visão Pós-estruturalista quanto os estudos recentes sobre Educação Infantil.

Em relação à metodologia desta pesquisa, tem-se como objetivo geral investigar o que se propõe à Educação Infantil nas matrizes epistemológicas estudadas, segundo seus criadores. Já o objetivo específico consiste em destacar o conceito de infância que alimenta cada matriz analisada. Este estudo caracteriza-se por sua natureza qualitativa, de caráter exploratório, com enfoque na essência da problemática em questão.

Quanto à forma de levantamento de dados, foi utilizada a perspectiva bibliográfica, em função de esta possibilitar o contato com uma gama de informações, o que não seria possível por meio de fontes diretas. A atividade consistiu em localizar, compilar e analisar os dados verificados em diversas fontes, tais como artigos, dissertações, teses e livros, com o intuito de sanar os questionamentos iniciais.

Ainda que existam várias teorias pedagógicas anteriores sobre a Educação na infância, foi somente após a Constituição Federal de 1988 que se estabeleceu legalmente seu reconhecimento, associado também ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

No Brasil, a atenção legal destinada à Educação Infantil é fruto tanto de reformas educacionais que privilegiavam a Educação de crianças pequenas quanto de programas de cooperação técnica com países estrangeiros ocorridos das duas últimas décadas. No entanto, é sabido que estudos, teorias e reflexões permearam os pensamentos dos teóricos e pesquisadores muito antes disso.

Nos tópicos que se seguem, expõem-se as concepções sobre Educação Infantil propostas pelas diferentes matrizes epistemológicas. Nestas análises, tentou-se destacar a concepção de infância presente em cada uma das matrizes.

### **Descrição: A Educação das crianças O Positivismo e o Funcionalismo**

O Positivismo Clássico, que tem o pensador Augusto Comte como um de seus principais idealizadores, exerceu intensa influência durante os séculos XIX e XX. A doutrina recebeu a alcunha de “Positivismo” porque refletia os ideais de Comte quanto à vida social.

Assim, para buscar o bem da humanidade, seria necessário o avanço do conhecimento científico em prol do controle da natureza. Segundo a Lei dos três estados, defendida pelo positivismo comtiano, o desenvolvimento humano passou (e passa) por três estágios: o Teológico, o Metafísico e o Científico.

No primeiro, marcado na sociedade antiga, cuja unidade social tinha como base a família, os recursos sobrenaturais são utilizados para compreender os fenômenos naturais, e o Estado assume influências teológica e militar; já no segundo, presente na sociedade medieval, na qual o coletivo exerce força e coesão, as explicações são de natureza mais abstrata, e o Estado assume referências legais; por fim, o terceiro estágio é o mais elevado, tendo como cenário a sociedade moderna, que é marcada pelo universalismo. Neste estágio, as explicações advêm do conhecimento científico, e as leis naturais explicam por si só os fenômenos observados.

Em “O curso de Filosofia Positiva” (COMTE, 1983), a Educação é apresentada como a salvadora na crise política e moral enfrentada pela sociedade, uma vez que encaminha as pessoas ao aperfeiçoamento moral e também à aquisição de conhecimentos. Nesse sentido, a Educação deveria ter conteúdo ético para que pudesse ser aceita por todos.

A primeira infância, dentro da Filosofia Positiva, é entendida como a fase da evolução afetiva, dos sentimentos, sendo também associada ao período da dentição. É relacionada, ainda, ao “Estado Teológico”, considerado o ponto de partida do desenvolvimento humano.

Para este período propõe-se a Educação espontânea, ou seja, a Educação dada pela família, principalmente pela mãe, sendo o pai a figura da autoridade. Essa Educação, pautada no exemplo, consiste na formação da criança em relação à ordem interior, física, intelectual e moral. É o

período em que a criança “sente” o mundo, para que, nas próximas fases, possa compreendê-lo, caminhando, assim, para o “Estado Positivo”.

Comte (1983) aponta que essa fase é muito importante para o desenvolvimento da criança, uma vez que as próximas serviriam para complementar “essa ordem interior” organizada na primeira infância.

Segundo Ribeiro Jr. (2003), estudioso da Filosofia Positiva, na proposta de Comte, a Educação da criança necessita de reconhecimento social, uma vez que se inicia no seio da família e não pode ser instituída, sendo os pais os responsáveis por ela e/ou pela contratação de profissionais para fazê-lo.

Bossi (2004), pesquisador do Positivismo no Brasil, ressalta que os produtos advindos dos ideais positivos, sobretudo dos conceitos trazidos por Comte, não condizem necessariamente com o que o teórico propunha, já que no Brasil sua filosofia foi utilizada principalmente de forma atrelada ao militarismo.

Já no Funcionalismo, cada indivíduo exerce uma função específica na sociedade, para que esta possa organizar-se harmonicamente. Nesse contexto, as instituições sociais existem como meio de atender às necessidades biológicas individuais.

A Educação, segundo Durkheim (2013), consiste na ação dos adultos sobre o comportamento das crianças. A Pedagogia seria a teoria que explicita as maneiras de conceber a Educação, entendida como múltipla, uma vez que são infinitas as formas de se educar.

Em relação à criança, esta deve ser preparada para a função que irá assumir na sociedade. Em um primeiro momento, a Educação pode ser a mesma para todos; no entanto, com o avançar da idade, a Educação deve se tornar especializada, para que o sujeito possa potencializar suas habilidades na função que irá assumir socialmente.

Sendo assim, a Educação Funcionalista é entendida como uma forma de adaptação ao meio social. A sociedade deve permanecer interessada em tal operação, uma vez que “colherá os frutos” que foram plantados na infância dos sujeitos. Neste sentido, a Educação é entendida como um interesse coletivo.

Durkheim (2013) acreditava que as crianças necessitavam aprender a forma de organização do mundo adulto. Uma vez que os filhos pertenciam primeiro a seus pais, cabia a eles dirigir, como bem entendessem, o desenvolvimento intelectual e moral das crianças. No entanto, somente as influências dos pais eram insuficientes para que as crianças desenvolvessem as especificidades necessárias para, futuramente, ocuparem seus papéis sociais. Por essa razão, Durkheim criou uma Pedagogia com base no “saber geracional”, isto é, a apropriação, por parte das crianças, dos saberes dos adultos visando à manutenção social.

### ***Do Materialismo Histórico à Teoria Crítica***

Marx e Engels (1992) estudaram o lucro a partir do trabalho das crianças no início da Revolução Industrial, ressaltando que estas eram a força motriz para o tear. Desenvolveram uma teoria vinculada ao trabalho infantil, cuja proposta era a de que as crianças ingressassem nesta atividade, a partir dos nove anos, exercendo somente duas horas de trabalho, uma vez que também consideravam a necessidade de que elas se dedicassem aos estudos, os quais deveriam preconizar a conscientização, e não somente a profissionalização.

Os “donos do tear” entendiam o trabalho das crianças como a oportunidade de elas brincarem (ITURRA, 2011). Marx e Engels (1992), no entanto, refutavam essa ideia alegando que a imposição de longas jornadas de trabalho, além de negar às crianças o direito de brincar, impedia o desenvolvimento de seu imaginário. Deste modo, o trabalho na indústria desde muito cedo para ajudar a família as submetia a um desenvolvimento precoce. Marx e Engels (1992) enfatizam, portanto, que o trabalho infantil não desenvolvia a intelectualidade na infância.

*[...] a relação que procura o lucro, retirando mais-valia do trabalho de outrem, e especialmente de crianças, é uma forma doentia de ganhar ou de criar bens. No entanto, na conjuntura analisada, o nascimento das relações entre seres humanos orientadas pela obtenção de lucro e mais-valia, retirada dos não possuidores de bens, as crianças devem passar a ser crianças precoces. (ITURRA, 2011, p. 1)*

Marx (1992) acreditava na estatização da Educação; nesse sentido, apoiava o vínculo entre ensino e trabalho para as crianças. Propôs uma Educação para a conscientização da luta de classes, na qual o trabalhador conheceria seus direitos e deveres e, desta forma, adquiriria uma visão de mundo em prol da transformação social. A escola, nesse sentido, não serviria apenas para qualificar o trabalhador, mas também para lhe dar condições para que pudesse se tornar governante.

Para Gramsci (1990), as crianças têm os instintos ligados a funções biológicas elementares, sendo a evolução humana a luta contra a natureza, para dominar e criar um homem condizente com as evoluções da época.

Por sua vez, as concepções da Teoria Crítica enxergam a infância como a fase em que a criança constrói sua personalidade; por isso, é um período da vida amplamente valorizado. Segundo Adorno (1995), há necessidade de preservação de características únicas deste momento da vida, uma vez que é nesta fase que ocorre a formação do caráter do indivíduo.

Com base nos ensinamentos da Psicologia, o autor enfatiza que “[...] todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância. A Educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância” (ADORNO, 1995, p. 121-122).

A criança tem mais disposição para se envolver com a natureza e para saboreá-la em seus vários sentidos; possui espontaneidade e imaginação, fatores que são negados no processo civilizatório. Segundo o autor, a civilização desacostuma as crianças de serem infantis (ADORNO, 1995).

Ainda de acordo com Adorno (1995), a Educação assume dois caracteres: o primeiro, preventivo, objetivando evitar a barbárie; e o segundo, reflexivo, buscando alcançar a emancipação humana, o que se contrapõe à Educação autoritária. No que diz respeito à barbárie, Adorno (1995) afirma:

*Suspeito que a barbárie existe em toda a parte em que há uma regressão à violência física primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade, onde exista, portanto, a identificação com a erupção da violência física. Por outro lado, em circunstâncias em que a*



*violência conduz inclusive a situações bem constrangedoras em contextos transparentes para a geração de condições humanas mais dignas, a violência não pode sem mais nem menos ser condenada como barbárie (ADORNO, 1995, p. 159-160).*

Em outras palavras, quanto mais intensa for a repressão civilizatória, maiores serão as reações que resultarão dela. Deste modo, considerando que a Educação não pode caminhar neste sentido, o autor propõe uma Educação destinada à infância, e outra que seguirá o objetivo de esclarecimento da população, isto é, a emancipação.

Essa emancipação não se refere apenas ao indivíduo isolado, mas sim enquanto ser social, uma vez que a formação para a autonomia somente faz sentido se for entendida em um processo coletivo.

Neste contexto, a Educação Infantil consiste em formar indivíduos que sejam aptos a acolher a alteridade, fator primordial para se evitarem barbáries, como a ocorrida em Auschwitz<sup>1</sup> durante a Segunda Guerra Mundial.

A Educação para as crianças, proposta por Adorno (1995) contém traços de sensibilidade. A arte, neste âmbito, por suas características miméticas, associadas à dificuldade de abstração e generalização presentes na infância, é compreendida pelo autor como a forma pela qual as crianças conhecem o mundo, o que leva a um rompimento com a lógica instrumental que as vincula aos objetivos associados à escolarização.

*A arte, como um componente formativo da educação infantil, compreende essa etapa como uma aventura, um espaço para a criança agir e explorar os diferentes objetos, suas formas e superfícies, explorar diferentes linguagens, abrindo a possibilidade de um conhecimento sensível e corpóreo, característico da forma pela qual a criança conhece o mundo. (NEUVALD, 2015, p. 31)*

Segundo Neuvald (2015, p. 28), “na perspectiva adorniana, a experiência formativa

<sup>1</sup> Nome dado ao conjunto de campos de concentração nazistas, localizados no sul da Polônia. Ficou conhecido como o maior símbolo do Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial.

caracteriza-se pela não identificação entre a realidade e o pensamento, pela busca em transcender o factual e pela abertura ao deslocamento e ao estranhamento (...).”

### **O Liberalismo e o Neoliberalismo**

O Liberalismo é uma filosofia política que defende a liberdade individual, econômica, política e social, sendo a atuação do Estado mínima neste processo. No que tange à vida privada, cada sujeito é responsável pelo custeio de sua sobrevivência; neste sentido, os pais são responsáveis pelo cuidado e pela Educação de seus filhos.

Em razão de ser a única responsável pela criança, cabe à família decidir como proceder quanto à sua Educação, sem nenhum tipo de intervenção ou auxílio do Estado. Neste cenário, há exacerbção do individualismo em vários níveis e, em seu contexto histórico, percebe-se o nascimento do capitalismo.

Neste sentido, o Liberalismo acredita que, no âmbito social, o serviço privado deve prover a Educação, livrando o Estado também da regulamentação e normatização desta, o que legitima a cobrança por tal serviço. O movimento da Escola Nova<sup>2</sup>, por mais que assuma características liberais, não pode se dizer totalmente liberal, uma vez que encampa a luta pela escola pública. Neste movimento, há valorização da Educação Infantil, sendo preconizada uma Educação que correspondesse às características da criança.

Já as concepções neoliberais, segundo Friedman (1977), defendem que o Estado deve ofertar uma instrução primária básica e depois solicitar que os pais arquem diretamente com as despesas da Educação dos filhos nas instituições secundárias e superiores.

O investimento em Educação não dá

<sup>2</sup> Movimento que recebeu influências do filósofo norte-americano John Dewey. Surgiu no Brasil no século XIX e propagou-se no século XX, com a ampliação do pensamento Liberal. A Educação é vista como elemento fundamental para a democratização da sociedade, sendo uma forma de auxiliar a criança a desenvolver suas aptidões individuais, por meio da liberdade e da autonomia. A escola é encarada como a instituição que facilitaria a Educação para todos. Os críticos de tal movimento ressaltam que, por mais que a Escola Nova privilegiasse a igualdade de oportunidades, não garantia a igualdade de direitos, desconsiderando, assim, a sociedade de classes, o que acaba por provocar ainda mais desigualdades. (LIBÂNIO, 1985)

retornos seguros e rápidos, se comparado ao investimento feito em capital físico, o qual permite a cobrança de resultados. Uma forma de organizar a Educação decorrente do Neoliberalismo consiste na administração das escolas, por meio de provas e exames, o que se vê fortemente nos dias de hoje.

### *O Pós-estruturalismo e a Contemporaneidade*

Na contemporaneidade, a criança é entendida como um sujeito de direitos e deveres, fato que foi fortalecido pela Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela ONU em 1959. Em suas bases estão o direito à liberdade, aos estudos, ao brincar e também ao convívio social, fatores que são difundidos em dez princípios, nos quais se organizam a declaração. O “Direito a ser protegido contra a exploração no trabalho”, luta iniciada pelo movimento marxista (BRASIL, 1959), é um dos princípios relevantes para esta discussão.

A Constituição Federal de 1988 garante a Educação pública como direito de todos, sendo o seu oferecimento um dever do Estado e o seu cumprimento um dever da família. Torna-se obrigatório que toda criança, a partir dos quatro anos de idade, frequente regularmente a escola, o que permite que qualquer membro da sociedade possa exigir a garantia de seu direito. O Estado é o responsável pela normatização e regulamentação da Educação, a qual se estrutura em quatro pilares: Aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Na cidade italiana de Réggio Emilia<sup>3</sup> (RABITTI, 1991), a Educação Infantil, no contexto Pós-Estruturalista, é entendida como a “educação dos relacionamentos”, tendo-se como premissa que as crianças possuem a capacidade autônoma de se educarem. Nesse processo, o professor deixa de ser a figura central que detém o conhecimento para ser um coadjuvante na aprendizagem.

Arce (2004) aponta que a infância passa a ser naturalizada, tornando-se modelo a ser seguido pelo adulto. A autora critica o processo alegando

que este leva à alienação dos sujeitos, uma vez que nega a constituição histórica e social do ser humano, reconfigurando a Educação. Há teóricos, porém, que defendem tal iniciativa.

No contexto atual, a Educação para a infância é de interesse de vários campos de estudo, tais como Psicologia, Pedagogia, Filosofia, além de outros, como Administração e Gestão de Pessoas.

### **CONCLUSÃO**

Esta pesquisa objetivou investigar o que se propõe à Educação Infantil nas matrizes epistemológicas da Educação, segundo seus criadores, destacando o conceito de infância que alimenta cada matriz analisada.

A criança, em todas as matrizes, é entendida como um investimento, do qual se poderá colher frutos no futuro. De acordo com as concepções do Positivismo e do Funcionalismo, a criança precisa ser preservada e direcionada para o caminho da moral, a fim de que, na idade adulta, possa ocupar sua posição na sociedade, colaborando para que haja harmonia social. Neste sentido, surge “pedagogia geracional” proposta por Durkheim.

Na perspectiva do Materialismo Histórico, há preocupação com a defesa da criança explorada pelo trabalho e com a luta pela articulação Educação/trabalho, não apenas enquanto capacitação, mas também com caráter emancipatório. Há ênfase na luta pela Educação estatal. Já na Teoria Crítica, observa-se preocupação em preservar características presentes na infância, como a sensibilidade, a alteridade e a inventividade, as quais desaparecem no processo civilizatório.

No Liberalismo, a Educação Infantil é vista como um investimento de responsabilidade da família. O Estado a encara sob as mesmas leis do mercado, sendo mínimo neste processo. Por sua vez, o Neoliberalismo defende certa responsabilização deste para com a Educação, principalmente no que tange à sua regulamentação e normatização.

Na contemporaneidade, os direitos e deveres da criança são garantidos legalmente. A partir dos quatro anos, a escolarização torna-se obrigatória; antes desta idade, a Educação Infantil é reconhecida como direito da criança, por mais

<sup>3</sup> Na cidade de Réggio Emilia, localizada no norte da Itália, após a Segunda Guerra Mundial, foi construída, por parte dos cidadãos, uma escola para as crianças pequenas. Hoje a cidade conta com uma rede de escolas, que se expandiu também para outras regiões. A iniciativa ganhou ênfase em contexto mundial, e atualmente sua pedagogia é reconhecida como referência educacional.

que não seja possível a todas em virtude de questões estruturais. Vale ressaltar que a Educação Infantil tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões dentro do âmbito educacional.

Esta pesquisa trouxe contribuições para as discussões acerca da Educação Infantil, uma vez que apresentou uma abordagem histórica acerca de algumas das principais correntes filosóficas da Educação. Estudos posteriores podem aprofundar o tema e abordar cada uma dessas correntes de maneira mais detalhada, detendo-se a alguma especificidade para análise.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ARCE, A. Pedagogia da infância ou fetichismo da infância? In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- ARIÈS, P. **A história social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BRASIL, **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. Resolução da Assembleia Geral de 1386 (XIV), 1959.
- \_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988.
- COMTE, A. **O curso de Filosofia Positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista; seleção de textos de José Artur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos**. 2 ed. São Paulo; Abril Cultural, 1983. Col. Os pensadores.
- DURKHEIM, E. “A educação, a sua natureza e o seu papel”, in: **Educação e Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2013, p.43-69
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8 ed. Civilização Brasileira, 1990.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nove, 1977.
- ITURRA, R. Marx, Durkheim e a teoria da infância. **Rev. A página da educação**, Porto, vol. 11, n. 115, set. 2002.
- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. São Paulo, Edições Loyola, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1992.
- NEUVALD, L. Estética, experiência formativa e infância em Adorno. **Impulso: Piracicaba** • 25(62), 27-36, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/Metodista-UNIMEP/IMPULSO/v25n62/v25n62a03.pdf>> Acesso em: 27 jul 2016
- RABITTI, G. **A Procura da dimensão perdida: uma escola de infância de Reggio Emília**. Porto Alegre: Artmed, 1999.)
- RIBEIRO JR. J. **Auguste Comte e o positivismo**. Campinas: Edicamp, 2003.